



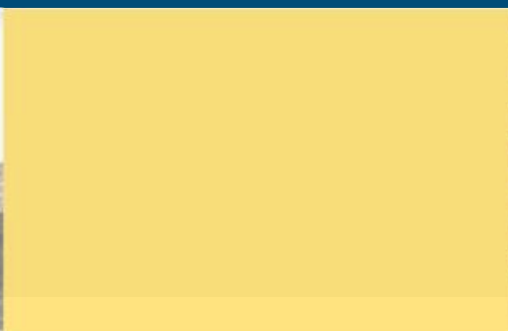
TOMADA DE SUBSÍDIO

AGENDA REGULATÓRIA

2025-2026



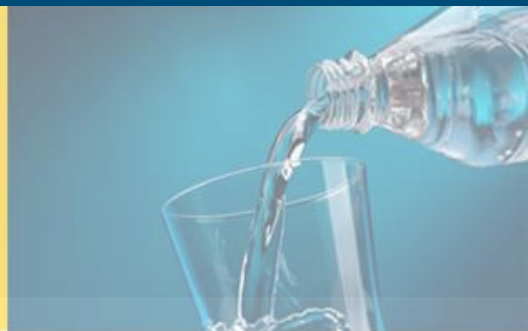
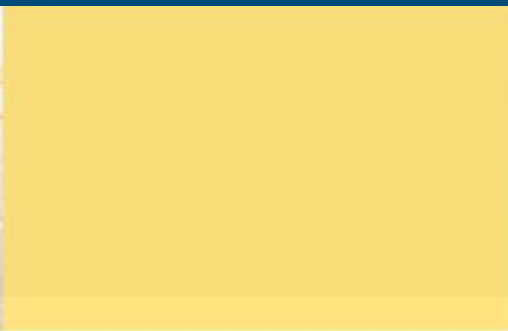
A **AGENDA REGULATÓRIA** é um instrumento de planejamento, gestão e transparência previsto na [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#), por meio do qual são estabelecidos os temas de projetos prioritários para a atuação da ANM, promovendo previsibilidade e maior segurança ao setor regulado e à sociedade.



A Agenda Regulatória para o biênio 2022-2023 foi aprovada pela Diretoria Colegiada por meio da [Resolução nº 105, de 20 de abril de 2022](#). Originalmente, contemplou 24 temas prioritários com atuação imediata da ANM e 15 temas alocados na agenda indicativa, para serem desenvolvidos mediante a disponibilidade de recursos humanos.

Após duas revisões extraordinárias, Resolução nº 114, de 2 de setembro de 2022 e Resolução nº 140, de 15 de setembro de 2023, a Diretoria Colegiada aprovou as seguintes alterações:

- **prorrogação da vigência da Agenda Regulatória 2022/2023** por um ano, a partir de 2 de outubro de 2023, **vigorando pelo triênio 2022/2024**;
- criação de **novo eixo temático**, específico para **segurança de barragens de mineração**; e
- inclusão de novos temas, resultando em **29 prioritários e 21 indicativos**.
- o novo tema "**Regulamentação da inspeção acreditada de empreendimentos de mineração**" foi indicado pela Diretoria Colegiada para compor a Agenda Prioritária na 302ª Reunião Administrativa. **O projeto ainda não foi formalizado na Agenda 2022/2024.**

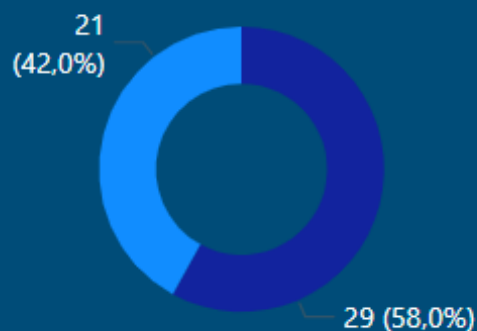


AGENDA REGULATÓRIA 2022/2024

Número de projetos da
Agenda 2022/2024

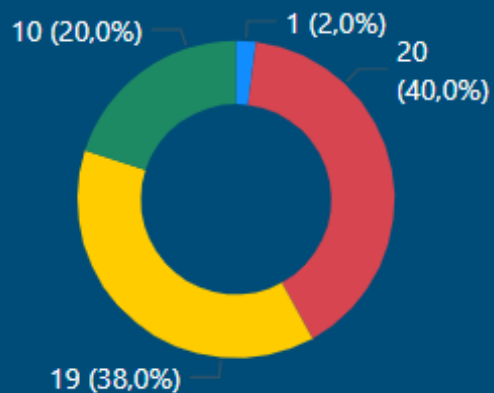
50

Número de projetos por tipo de agenda



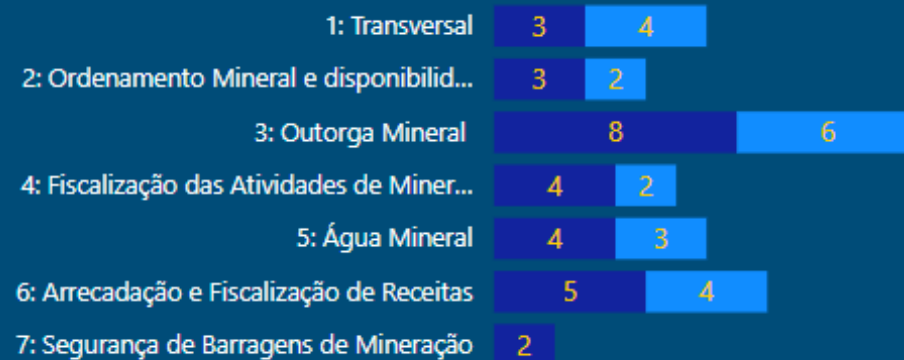
● Agenda Prioritária ● Agenda Indicativa

Número de projetos por status

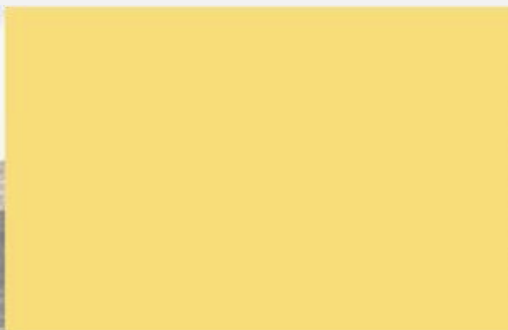


● parado ● não iniciado ● em andame... ● concluído

Número de projetos por eixo temático



● Agenda Prioritária ● Agenda Indicativa

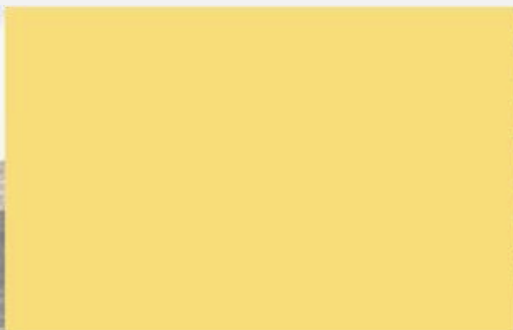


| EIXO TEMÁTICO 1: TRANSVERSAL |

AGENDA 2022/2024



NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Revisão da Resolução ANM nº 90/2021, que dispõe sobre garantias para fins de financiamento.	Revisar e aprimorar a Resolução ANM nº 90/2021, que dispõe sobre garantias para fins de financiamento.	Avançado	Superintendência de Regulação Econômica e Governança Regulatória
Garantias financeiras e seguros para cobrir os riscos advindos das atividades de mineração.	Atender ao inciso III do art. 13 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e construir instrumentos regulatórios e procedimentos para a instituição de garantias financeiras, visando cobrir os riscos da mineração vinculados ao abandono de minas sem a execução adequada do Plano de Fechamento de Mina.	Intermediário	Superintendência de Regulação Econômica e Governança Regulatória
Estabelecimento de Quadrículas.	Consiste em dividir o território nacional em quadrículas, visando disponibilizá-las para o requerimento mineral, onde cada quadrícula será uma parcela do território registrada no banco de dados com um número identificador e seu respectivo status (livre para requerimento, bloqueada, onerada, processo etc.). Por meio dele, a ANM tem capacidade de monitorar os pedidos de requerimento de forma eficaz, garantindo a transparência dos processos e controle nos conflitos que possam existir.	Não iniciado	Superintendência de Regulação Econômica e Governança Regulatória
Contagem de prazos processuais não previstos em Lei e Decreto Federal relacionados à atividade de mineração.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Regulação Econômica e Governança Regulatória
Identificação e classificação de riscos dos atos públicos de liberação da ANM.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Regulação Econômica e Governança Regulatória
Regulamentação da inspeção acreditada de empreendimentos de mineração	Projeto não formalizado na Agenda	Não iniciado	Superintendência de Regulação Econômica e Governança Regulatória



| EIXO TEMÁTICO 2: ORDENAMENTO MINERAL E DISPONIBILIDADE DE ÁREAS |

AGENDA 2022/2024

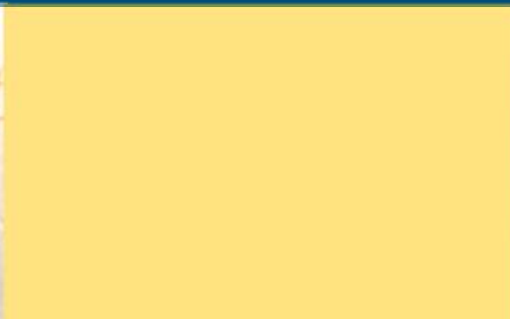


NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Meios alternativos de solução de conflitos: Mediação, Conciliação e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).	Regulamentar os procedimentos de resolução de conflitos no âmbito da ANM.	Avançado	Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas
Apreensão e leilão de substâncias e equipamentos provenientes de lavra ilegal.	Definição de procedimentos administrativos de apreensão, perdimento e destinação de bens minerais provenientes de lavra ilegal e de equipamentos nela utilizados.	Avançado	Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas
Meios alternativos de solução de conflitos: Mediação, Conciliação e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - subtema: Definições e procedimentos relacionados à lavra ilegal e irregular.	Elaborar norma, revisar manuais e procedimentos visando a adequação e definição em norma de lavra ilegal, irregular e clandestina, estabelecendo procedimentos próprios e providências próprias.	Incipiente	Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas
Conflitos Decorrentes da Mineração, com os subtemas: a) Bloqueio de áreas, zoneamentos urbanos e a mineração; b) Mineração em áreas tombadas e sítios arqueológicos; c) Mineração em comunidades quilombolas e tradicionais.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas



| EIXO TEMÁTICO 3: OUTORGA MINERAL |

AGENDA 2022/2024



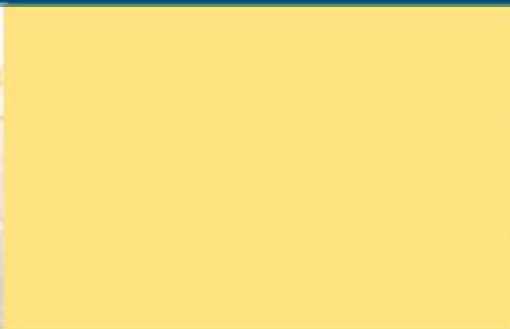
NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Simplificação de cessão e arrendamento de direitos minerais.	Estruturar formulário eletrônico inteligente a ser preenchido pelas partes interessadas (cedente e cessionário), visando a coleta e armazenamento de dados e informações necessárias ao estudo de cessões/transferências de direitos minerários, bem como de contratos de arrendamentos e de penhor.	Avançado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Simplificação dos processos de outorga para o Regime de Licenciamento: revisão e consolidação normativa.	Revisar, atualizar e consolidar as normas do aproveitamento de recursos minerais conforme estabelecido na Lei nº 6.567/1978 e em Resolução da ANM (art. 39 do Decreto 9.406/2018).	Avançado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Simplificação dos Processos de outorga para Registro de Extração: revisão da Resolução nº 1, de 10 de dezembro de 2018.	Simplificar e desburocratizar o processo de outorga de substância(s) mineral(is) para uso em obras desenvolvidas por órgãos e entidades públicas.	Avançado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Desistência de requerimentos de outorga mineral e renúncia de títulos minerários.	Padronizar e sistematizar a desistência total e parcial de requerimentos de outorga mineral, em atendimento ao § 1º, do art. 16 do Decreto nº 9.406, de 2018; e a renúncia total e parcial de títulos minerais em atendimento aos arts. 22 e 51, do Decreto nº 9.406, de 2018.	Intermediário	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Revisão dos processos de outorga do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG): consolidação normativa.	Revisar e aprimorar normativo dos procedimentos de outorga e de fiscalização da atividade de mineração no regime de Permissão de Lavra Garimpeira - PLG.	Intermediário	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Simplificação dos processos de outorga para o Regime de Concessão de Lavra: formulários de Análise do Plano de Aproveitamento Econômico (PAE).	Redesenhar os fluxos dos processos de trabalho vinculados à outorga, voltados à desburocratização e à redução do fardo regulatório, inserido nas melhores práticas regulatórias, atualmente focado na simplificação/otimização dos formulários de PAE.	Intermediário	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Aditamento por procedimento simplificado.	Projeto sem escopo por não estar iniciado.	Não iniciado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários

NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Declaração de Utilidade Pública (DUP): servidão minerária e desapropriação	Regulamentar a aprovação de delimitação de áreas e emissão de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação ou constituição de servidão mineral, conforme competência estabelecida no inciso XXI do art. 2º da Lei 13.575/2017.	Incipiente	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Coexistência de direitos minerais sobre a mesma área	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Consórcio minerário.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Englobamento de áreas.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Grupamento mineiro.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários
Regulamentação do art. 23 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Outorga de Títulos Minerários



| EIXO TEMÁTICO 4: FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO |

AGENDA 2022/2024

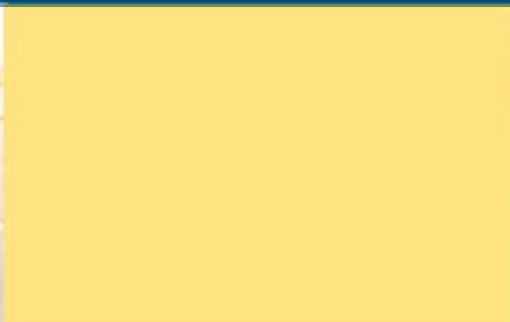


NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Atualização e aperfeiçoamento das Normas Reguladoras de Mineração (NRM).	Revisar, atualizar e consolidar as Normas Reguladoras da Mineração, conforme o Decreto nº 10.139/2019 que determinou a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto	Intermediário	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Relatório Final de Pesquisa Mineral: conteúdo mínimo e regras para apresentação de relatório final de pesquisa para agregados, rochas ornamentais e rochas de revestimento.	Padronizar, simplificar e desburocratizar a entrega de Relatório Final de Pesquisa, com foco na declaração das atividades de exploração/pesquisa mineral e dos recursos minerais, e na definição do conteúdo mínimo de RFP (em atendimento ao art. 25, § 2º, do Decreto Nº 9.406, de 2018).	Incipiente	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Revisão e modernização da Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021, que dispõe sobre regulamentação do Plano de Fechamento de Mina.	Definir empreendimentos de pequeno porte, operações de lavra de baixa complexidade e baixo impacto na área, bem como estabelecer critérios para dispensa de elementos de que trata o art. 18 da Resolução ANM nº 68/2021.	Não iniciado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Consolidação da regulamentação da Guia de Utilização.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Relatório Final de Pesquisa Mineral: conteúdo mínimo e regras para apresentação de relatório final de pesquisa e critérios para realização de vistoria.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração



| EIXO TEMÁTICO 5: ÁGUA MINERAL |

AGENDA 2022/2024



NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Adequação dos regulamentos técnicos de água mineral para recepcionar novas tecnologias e simplificar procedimentos.	Revisar, simplificar e consolidar as normas referentes às especificações técnicas para o aproveitamento de água mineral ou potável de mesa para as finalidades de envase, uso como ingrediente para o preparo de bebidas em geral, fontanários e balneários.	Avançado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Conformidade em sistemas de telemetria para acompanhar a lavra da água mineral.	Estabelecer os procedimentos de operacionalização do sistema de telemetria para monitoramento das fontes (nascentes e poços) de água mineral e potável de mesa na fase de lavra, bem como padronizar a aquisição e o envio dos dados telemétricos	Avançado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Construção de captações e avaliação da capacidade de produção de fontes de água mineral ou potável de mesa.	Estabelecer procedimentos e parâmetros para construção de captações e para avaliação da capacidade de produção de fontes, bem como definir a documentação técnica relacionada.	Avançado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Análises oficiais da água de novas fontes.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Mistura de águas de fontes distintas.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração
Uso de água mineral para fins balneários.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Fiscalização das Atividades de Mineração

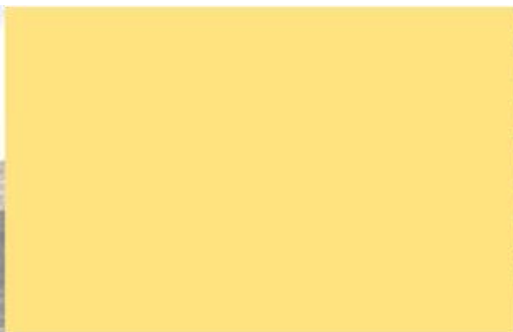


| EIXO TEMÁTICO 6: ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS |

AGENDA 2022/2024



NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Regulamentação da Lei nº 13.540, de 2017: Preço Corrente, Valor de Referência e Nova Espécie.	Conceituar os termos "Preço Corrente" e "Nova Espécie" para fins de apuração da CFEM após a vigência da MP 789/2017 e da Lei 13.540/2017. Revisar a Portaria 239/2018, no que tange a classificação das substâncias que serão apuradas pelo Valor de Referência.	Incipiente	Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas
Regulamentação da Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017: Tributos Incidentes.	Regulamentar o tema "tributos incidentes" previsto no inciso I e nos § 11 e § 12 do Art. 2º da Lei 8.001/1990 e seus efeitos a partir da vigência da MP nº 789/2017 e Lei nº 13.540/2017.	Incipiente	Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas
Regulamentação da Lei nº 13.540, de 2017: Grupo Econômico.	Projeto sem escopo por não estar iniciado.	Não iniciado	Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas
Regulamentação da Lei nº 13.540, de 2017: Rejeitos e Estéreis Associados.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas
Regulamentação da Lei nº 13.540, de 2017: Substâncias Destinadas ao Uso Imediato na Construção Civil.	Projeto sem escopo por não estar iniciado	Não iniciado	Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas



| EIXO TEMÁTICO 7: - **SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO** |

AGENDA 2022/2024



NOME DO PROJETO	ESCOPO	ESTÁGIO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Garantias financeiras em segurança de barragens.	Regulamentar a obrigação de apresentação de caução, seguro, fiança, outras garantias financeiras ou reais para a reparação dos danos à vida humana, ao meio ambiente e ao patrimônio público pelo empreendedor responsável por barragem de mineração.	Incipiente	Superintendência de Segurança de Barragens de Mineração
Atualização da Resolução ANM nº 95, de 7 de fevereiro de 2022, para alinhamento à Lei nº 14.514, de 2022.	Adequar a Resolução ANM nº 95/2022 à alteração decorrente da Lei nº 14.514/2022, que incumbiu a ANM de fiscalizar a segurança de barragens de mineração com rejeitos oriundos de atividades de lavra de minérios nucleares e (ou) de minérios que contenham elementos nucleares associados.	Não iniciado	Superintendência de Segurança de Barragens de Mineração

